

NA PAUTA, A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

O SindiPetro-RS participou, na semana passada, de **dois importantes encontros** que tiveram como pauta o meio ambiente, notadamente o tema da **transição energética. PÁGINA 3**



PARADA DE MANUTENÇÃO

GREVE DOS TERCEIRIZADOS: TRABALHADORES BUSCAVAM MELHORIA SALARIAL, BENEFÍCIOS E PLR

Mas a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), em audiência de conciliação realizada dia 6 de junho, entendeu que **não houve comprovação de que foram frustradas as tratativas de negociação**, assim como não houve comunicação prévia de 48h à Estrutural antes da deflagração do movimento. Declarou a **abusividade do exercício do direito de greve e determinou o imediato retorno dos empregados da Estrutural ao trabalho. PÁGINA 2.**



GREVE DOS TERCEIRIZADOS: TRABALHADORES BUSCAVAM MELHORIA SALARIAL, BENEFÍCIOS E PLR



A greve dos trabalhadores terceirizados da Estrutural, iniciada dia 4 de junho, encerrou no dia 9, a partir da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), em audiência de conciliação realizada dia 6 de junho, que entendeu que **não houve comprovação de que foram frustradas as tratativas de negociação**, assim como não houve comunicação prévia de 48h à Estrutural antes da deflagração do movimento, e, por isso, declarou a abusividade do exercício do direito de greve, determinando **o imediato retorno dos trabalhadores da estrutural ao trabalho**.

O movimento dos trabalhadores

terceirizados que estão atuando na Parada de Manutenção da Refap, reivindicava melhores condições de trabalho e benefícios, Participação nos Lucros, equiparação de salários, entre outros itens.

Foram realizadas duas reuniões de mediação no TRT4, com representação de todas as partes, **inclusive da Petrobrás**, a fim de buscar o atendimento das reivindicações da categoria. Mas, frente a declaração de abusividade da greve, os trabalhadores deliberaram, em assembleia dia 9 de junho, por **encerrar o movimento**, aceitando a proposta alcançada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (que representa estes trabalhadores) e pela Comissão formada pelos próprios terceirizados, apresentada na mediação no Tribunal.

Não foram atendidas todas as reivindicações, mas **houve avanço para**

o pagamento de valores a título de PLR para todos os contratos, adiantamento de parte do reajuste salarial previsto para agosto e um aumento no valor para o café da manhã.

O Sindipetro-RS acompanhou o movimento e prestou toda sua solidariedade aos terceirizados.

ASSEMBLEIA DA CROSS E FREITAS

O Sindipetro-RS realizou, **dia 13/06**, assembleia com os trabalhadores da Cross & Freitas, que prestam serviços para o Coque da REFAP, com objetivo de construir a **pauta reivindicatória para celebração do Acordo Coletivo de Trabalho 2025**. Lembrando que a **data-base é 1º de julho** e que o ACT é fundamental para estabelecer as relações e condições de trabalho entre a empresa e empregados.



SAÚDE DO TRABALHADOR I

Dirigentes do Sindipetro-RS participaram, de 13 a 15/06,

em Porto Alegre, da **4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. O encontro reuniu mais de **600 delegados e delegadas de 151 municípios**, para propor políticas públicas e eleger representantes à etapa nacional da Conferência. O encontro teve como tema **"A Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano"** e foi convocado pelo **Conselho Estadual de Saúde do RS (CES)**. Pelo Sindipetro-RS, a diretora Nalva Faleiro e o diretor Antônio Cadore foram eleitos delegados para etapa nacional.

SAÚDE DO TRABALHADOR II

Na abertura a presidenta da conferência e do Conselho Estadual de Saúde do RS, Inara Ruas, destacou a importância **histórica da participação social para o fortalecimento do SUS** e para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades reais da classe trabalhadora. "O controle social

não é um detalhe, é parte estrutural do SUS. Ele garante que as decisões não fiquem só nas mãos dos gestores, mas venham de quem vive a realidade nos territórios, nos locais de trabalho, nas comunidades", afirmou.

SAÚDE DO TRABALHADOR III

A conferência abordou os **principais desafios enfrentados pela saúde do trabalhador diante das transformações no mundo do trabalho**. Entre os temas, destacaram-se o aumento dos adoecimentos mentais, a flexibilização de direitos e os entraves na seguridade social. Somente em 202, no RS, foram registrados mais de 37 mil afastamentos por estresse e ansiedade, resultado direto das novas formas de trabalho, da sobrecarga e da ausência de políticas eficazes de proteção.

SAÚDE DO TRABALHADOR IV

O superintendente regional do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul, Claudir Nespolo, foi direto ao afirmar que o problema não é uma crise econômica real, mas uma disputa sobre quem paga a conta. "Não estamos em crise. O PIB cresce,

o emprego aumenta, a inflação cai, a renda sobe. Mas tem um Brasil que não quer contribuir, que nunca pagou e não quer pagar agora", criticou. E concluiu: "Ou entra mais dinheiro, ou vamos fragilizar o SUS. E quem precisa do SUS vai ficar chorando sem atendimento. Esse é o jogo real". Ele também defendeu a retomada das conferências como espaços democráticos e de diálogo.

SAÚDE DO TRABALHADOR V

Depois da abertura, com as palestras, o encontro seguiu com discussões em grupos das 96 propostas sistematizadas e organizadas em três eixos temáticos, abordando temas como implementação de políticas públicas de segurança e saúde no trabalho; combate ao trabalho análogo à escravidão e ao assédio moral e sexual; proteção dos trabalhadores diante das mudanças climáticas e regulação do uso de agrotóxicos; a jornada de trabalho para 40 horas semanais; a revogação das reformas trabalhista e previdenciária e a regulação de novas formas de trabalho, entre outros.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Belmont, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio Roberto, Karina, Lautert, Oscar Luiz, Tiago, Geisa, Lisboa e Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Av. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Av. Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-970 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

NA PAUTA, O MEIO AMBIENTE



O Sindipetro-RS participou, na semana passada, de **dois importantes encontros** que tiveram como pauta o meio ambiente, notadamente o tema da **transição energética**.

Um deles, a **Caravana do Futuro**, ocorreu na sede da FUP, organizado pela equipe do Laboratório de Futuros, que está discutindo a transição energética com trabalhadores de setores afetados pelas mudanças no atual modelo de produção para conter a crise climática. A Caravana, idealizada pela Aurora Lab em parceria com o Instituto Procomum, tem percorrido diversos estados, fomentando iniciativas para influenciar políticas públicas e compromissos governamentais com uma **transição energética justa, por meio da escuta ativa dos trabalhadores de setores como petróleo, metalurgia, extração de carvão mineral, agricultura e energias renováveis, como a indústria eólica**. As propostas serão levadas à **COP30**.

Na primeira parte do encontro na FUP (etapa RJ), os trabalhadores realizaram atividades em grupo focados nos impactos da transição energética sobre a indústria de petróleo e gás, além dos riscos que essa transição pode apresentar aos trabalhadores do setor. Na segunda parte, foram discutidas ideias para alinhar a transição energética do setor ao contexto da crise climática, colocando os trabalhadores no centro do processo.

As diretoras Miriam Cabreira e Nalva Faleiro estiveram presentes ao encontro, cujos participantes enfatizaram que o capitalismo já se apropriou da transição energética e que a disputa em curso visa garantir que ela seja justa e inclusiva, algo que só será alcançado com a **participação dos trabalhadores e das comunidades** impactadas.

No Papo Direto Online da sexta-feira (13), Miriam compartilhou os debates da Caravana. Ela explicou que o Aurora Lab, organizador do evento, é uma organização que **reúne ambientalistas e sindicalistas para discutir a emergência climática e a transição energética justa, sob a perspectiva dos trabalhadores**. A questão central, afirmou, é como garantir que essa transição no Brasil seja equitativa, sem que ninguém seja deixado para trás e que os trabalhadores mais afetados sejam ouvidos, especialmente aqueles das indústrias de transformação. "Além

de discutirmos os impactos no mundo do trabalho da categoria petroleira, também abordamos questões estratégicas de soberania energética e o papel da Petrobrás nesse processo."

A dirigente criticou que essa transição tem sido justa apenas na propaganda. Para ser verdadeiramente justa, é necessário estabelecer um diálogo social, e se espera que em breve seja possível dar um passo na direção de estabelecer esse diálogo com a Petrobrás.

Como um dos encaminhamentos, foi definido que as categorias devem **incluir cláusulas de proteção no acordo coletivo de trabalho**, para estabelecer o diálogo social, proteger empregos e garantir ações justas e acessíveis aos diferentes segmentos sociais. "Essa discussão da transição energética não pertence ao futuro, ela é uma discussão do presente. Apesar da previsão de ocorrer no futuro, as decisões que ditarão o futuro estão sendo tomadas agora. Por isso, é urgente debater essa questão," defendeu.

OS TRABALHADORES NÃO PODEM PAGAR A CONTA

O segundo encontro ocorreu dia 13/06, no Sindicato dos Bancários, em Porto Alegre, onde a presidenta do Sindipetro-RS palestrou sobre **Transição Energética Justa**. O **Seminário de Transição Energética e o Mundo do Trabalho** foi organizado pela CUT-RS, em conjunto com diversos sindicatos, incluindo o dos petroleiros. Na abertura, o presidente da CUT-RS, Amarildo Cenci, ressaltou a importância de discutir conjuntamente as pautas do meio ambiente e do trabalho. "Os trabalhadores não podem pagar a conta dos desastres ambientais." Em seguida, abriram-se as palestras sobre "Trabalho e Clima", destacando que o mundo do trabalho está cada vez mais impactado pelas mudanças climáticas, chuvas, enchentes, ondas de calor e frio intenso, situações que afetam diretamente os trabalhadores, como ocorreu na enchente de maio de 2024, que prejudicou centenas de trabalhadores, causando perdas de empregos, casas e até vidas.

Miriam participou da mesa sobre **"Transição Energética, Impactos e Possibilidades para o Rio Grande do Sul,"**

junto com Nelson Karam, do Dieese, Frei Sérgio Górgen, do Instituto Padre Josimo e Antônio Jailson da Silva Silveira, presidente do Senergisul RS. A mesa abordou questões como a transição energética e as fontes de energia; a situação atual da produção e consumo de energia elétrica no país; o impacto de medidas como a compra de créditos de carbono por empresas e países poluentes, sem soluções viáveis para degradação e poluição planetárias. Nos debates ficou clara a **necessidade e a importância do tema para o sindicalismo**, devido aos impactos da transição energética sobre os trabalhadores.

CONSTRUINDO PONTES

Miriam também comentou o encontro no PDO da sexta-feira (13). Segundo ela, no encontro da CUT, estiveram reunidas diversas categorias, movimentos sociais, especialistas e academia. "Estamos construindo pontes no debate da transição energética justa, inclusive com movimentos ambientalistas, identificando mais convergências do que divergências". Ela frisou a necessidade de integrar todas as frentes e destacou que a classe trabalhadora precisa lidar com questões de mitigação, reconstrução e adaptação, situações já presentes no dia a dia e que afetam os empregos. "Para onde vão os empregos num cenário de transição energética, onde serão os empregos de qualidade, quanto tempo isso levará, como afetará, por exemplo, os trabalhadores da indústria de carvão no sul do estado, que já enfrentam maior pressão que os petroleiros," questionou.

A sindicalista alertou também sobre o cuidado que se deve ter com setores que colocam o petróleo como vilão e afirmam que não deve haver novas fronteiras de petróleo ou carvão no país. Antes disso, é necessário debater **o agro, principal responsável por 75% das emissões de carbono no país** devido ao desmatamento, queimadas e sua produção ineficiente.

Ela lembrou que o governo federal criou o Plano Nacional de Transição Energética, que funcionará como um Fórum Nacional de Transição Energética a partir de um Conselho com diversos setores da sociedade, **incluindo sindicatos**, para elaborar um plano adequado ao Brasil. **"Os petroleiros precisam estar inseridos nessa agenda"**.

O Seminário fez parte da agenda preparatória para a **Conferência do Clima, a COP30**, que ocorrerá em Belém do Pará, em novembro, e para a Cúpula dos Povos, com atividades paralelas, para discutir a crise e mudanças ambientais, climáticas e os efeitos das ações humanas sobre a Terra ■

→ POLÍTICA DE PREÇOS

A IMPORTÂNCIA DA BR DISTRIBUIDORA ESTATAL

A BR Distribuidora, privatizada da no governo Bolsonaro, era um importante braço da Petrobrás com relevância no **equilíbrio dos preços dos combustíveis**. A venda da subsidiária não trouxe prejuízos apenas para a empresa e para os trabalhadores, mas também para a população. Somente este ano, a Petrobrás já **reduziu em 12%** o preço do diesel, mas nos postos de combustíveis eles estão **3% mais caros**. Ou seja, os postos, ao invés de reduzir o preço para a população, estão aumentando sua margem de lucros que já chega a 50%. E para piorar, como a marca BR continua sendo usada, a **“culpa” fica sendo da Petrobrás**.



Antes da privatização, a BR equilibrava a margem de lucro das empresas privadas, agora elas estão com total liberdade para aumentar esta margem para quanto quiserem. E quem paga o preço é a população.

Hoje, segundo pesquisa da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o litro do **diesel** no Brasil é vendido, em média, a **R\$ 6,05**. No entanto, desde o início de maio, a estatal vende o litro de diesel a distribuidoras por **R\$ 3,27**, após três quedas sucessivas para os postos de gasolina.

O mesmo acontece com o **gás**. Ele sai da Petrobrás a **R\$ 34,70** e chega ao consumidor por cerca de **120 reais**. Mais uma vez, fica evidenciada a falta que a Liquigás faz na regulação do preço.

Por fim, a **gasolina** segue o mesmo caminho. A Petrobrás vem reduzindo os preços, mas os postos aproveitam para aumentar sua margem de lucro que, desde o início do ano já subiram **11%**.

São os efeitos da privatização e cabe, primeiramente à categoria, lutar para a reversão da venda das subsidiárias da Petrobrás, esclarecer esses absurdos e colocar claramente: **a culpa não é da Petrobrás!**

→ MEIO AMBIENTE

US\$ 2,3 TRILHÕES POR ANO

Quem nasceu em 1990 tem **63% de chance de vivenciar uma inundação catastrófica durante sua vida**. Mas se o ano de nascimento for **2025, essa probabilidade sobe para 86%**. Os dados são de um novo relatório do Escritório da ONU para Redução do Risco de Desastres, que mostra que em um mundo de catástrofes naturais mais frequentes e severas, os estragos custam mais.

De acordo com os estudos, a conta total dos eventos climáticos extremos excede **US\$ 2,3 trilhões por ano**, um impacto econômico 10 vezes maior do que as estimativas anteriores, **devido aos impactos sobre a saúde, moradia, educação e emprego**.

O relatório menciona o Brasil e afirma que o desmatamento adicional da floresta amazônica poderia levar a uma mudança e transformar o ecossistema em savana, criticando que atualmente, a maior parte do financiamento de desastres concentra-se na resposta e recuperação pós-evento, em vez da prevenção. Estudos mostram que **US\$ 1 gasto na redução de riscos de desastres gera um retorno médio de US\$ 15 em custos futuros evitados**.



→ SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

→ NOTAS

QUATRO MULHERES MORTAS POR DIA NO BRASIL EM 2024

O recém-divulgado **Mapa da Segurança no Brasil** mostrou que o Brasil registrou, em 2024, o maior número de feminicídios desde que os dados começaram a ser acompanhados, em 2020. Fora **1.459 casos** no país, ou **uma média de 4 mulheres mortas por dia por violência doméstica, familiar, menosprezo e discriminação, apenas pelo fato de serem mulheres**. Além desse crime, os estupros também aumentaram, chegando a **83.114 ocorrências em 2024**, o maior patamar nos últimos cinco anos.

FRUTO DA PRECARIZAÇÃO

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, mais de **6,3 mil crianças e adolescentes foram resgatadas de situações de trabalho infantil no Brasil entre 2023 e abril de 2025**. A maioria dos casos, **86%, envolvia as piores formas de exploração, com risco à saúde, acidentes e até mortes**. Uma situação, segundo o órgão, relacionada à precarização do trabalho para os adultos, já que muitas começam a trabalhar para ajudar na renda da família. Um número que vinha sendo reduzido, embora longe da meta, e que se agravou no governo Bolsonaro quando houve paralisação das ações de combate ao trabalho infantil. Ele chegou a insinuar que o trabalho “não prejudicaria crianças”. Uma das importantes **ações no combate** a esta forma perversa de trabalho é a **denúncia**, o que pode ser feito pelo site do Ministério Público do Trabalho (MPT) ou pelo **Disque 100**.

O PRÉ-SAL É NOSSO

Os petroleiros criticaram a aprovação, pela Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado federal, do **Projeto de Lei (PL) nº 3.178/2019**, que retira da Petrobrás o direito de preferência nos leilões de blocos de petróleo sob o regime de partilha de produção no pré-sal. O PL segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. Para os petroleiros, o PL impacta a política energética nacional, a arrecadação pública, o papel da Petrobrás e a soberania do país sobre suas riquezas naturais.